

PREÇOS E CUSTOS NA AGRICULTURA BRASILEIRA

JULIAN M. CHACEL

INTRODUÇÃO

O Brasil surge, na década dos anos de 1950, como um “caso clássico” de economia na qual coexistem acentuado grau de desenvolvimento econômico e crescente taxa de inflação, o todo traduzindo um crescimento desequilibrado. A posição que ocupa o setor agrícola, quer no processo de desenvolvimento da economia, quer na elevação do índice geral de preços, dá especial interesse ao exame do comportamento histórico dos custos e preços agrícolas, dentro do período considerado.

É o propósito deste trabalho, que fica, entretanto, um pouco limitado, nas suas observações, pela insuficiência qualitativa e quantitativa dos dados estatísticos. O melhor conhecimento do setor agrícola da Economia Brasileira, quando não esbarra na escassez das informações colhidas, encontra freqüentes dificuldades pela imperfeição dos dados disponíveis, muitas vezes obtidos por processos subjetivos de indagação estatística. Tanto mais sofisticada pretenda ser a técnica do analista e tanto mais nítida se tornam essas deficiências. No decorrer desta exposição as limitações conseqüentes do material estatístico serão apontadas de maneira mais precisa. Manifesta-se desde logo que nem sempre a evidência estatística permitirá fundamentar, adequadamente, as conjecturas que conduzirão às conclusões.

O estudo focaliza preferencialmente a produção agrícola orientada para o mercado interno, aceitando, implicitamente, a proposição do crescimento desequilibrado, referida logo de início. Nessas condições, propõe-se ao exame de seis aspectos essenciais que se enumeram em seguida, observados dentro de decênio 1950/1960 sempre que assim o permita a disponibilidade de informações estatísticas.

I — Evolução cronológica dos índices de preços dos produtos agrícolas, em diferentes níveis de comercialização.

II — Evolução dos preços agrícolas em face dos preços industriais.

III — Evolução dos preços de determinados *inputs* industriais da produção agrícola.

IV — Evolução dos custos segundo certas etapas do processo produtivo de um bem agrícola determinado.

V — Exame da sensibilidade da oferta de determinados produtos agrícolas, diante dos estímulos provocados pelas variações de preços.

VI — Exame de fator de ordem institucional que influencia a fixação dos preços agrícolas.

I — EVOLUÇÃO CRONOLÓGICA DOS ÍNDICES DE PREÇOS DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS, EM DIFERENTES NÍVEIS DE COMERCIALIZAÇÃO

Procura-se aqui examinar o ritmo da evolução dos preços agrícolas consideradas as etapas da comercialização, ao passar o produto do agricultor ao consumidor final.

Para isso, comparam-se, através de números índices, os preços de produtor, os preços de atacado e os preços ao nível do consumidor final.

Os preços recebidos pelo produtor estão representados pela série dos “deflatores implícitos” da Agricultura, emergente das Contas Nacionais do Brasil. Os índices de preços por atacado são os regularmente divulgados por *Conjuntura Econômica*. Quanto aos preços pagos pelo consumidor, considerou-se a série dos índices de “alimentação”, componente do índice do Custo de Vida da Guanabara, também divulgado por *Conjuntura Econômica*.

Para melhor exame, consideram-se índices de preços de produtor e os de preços por atacado, em geral e com exclusão do café (no caso de preços ao produtor, exclusão de café e cacau), item cuja produção se orienta para o mercado externo e se caracteriza, a partir de certo momento, pela acumulação de estoques.

Os índices mencionados acham-se alinhados na TABELA I, seguinte.

Nota-se, desde logo, o paralelismo da evolução dos índices gerais. Tanto os preços de produtor (total), como os de atacado (geral) e os referentes à alimentação (colunas 1, 3 e 5) não discrepam, de maneira significativa, quanto ao ritmo de crescimento. Isto está ilustrado pelo

ÍNDICES DE PREÇOS AGRÍCOLAS EM DIVERSAS ETAPAS DE
COMERCIALIZAÇÃO

1950 — 1962 (*)

1950 = 100

TABELA I

ANOS	PREÇOS DE PRODUTOR		PREÇOS POR ATACADO			Preços de consumo final
	Total	Exclusive café e cacau	Geral	Exclusive café	Gêneros alimentícios	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
1950	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1951	113,8	116,4	121,9	123,7	114,3	112,7
1952	125,9	129,3	137,5	144,1	136,5	134,9
1953	155,7	157,8	156,3	169,5	158,9	158,7
1954	184,9	177,0	201,6	200,0	203,2	192,1
1955	217,7	216,4	226,6	249,2	228,6	239,7
1956	259,1	265,1	262,5	298,3	266,7	296,8
1957	288,7	297,7	285,9	332,2	295,2	341,3
1958	316,2	341,6	309,4	369,5	312,7	390,5
1959	424,2	459,6	410,9	525,4	419,0	566,7
1960	564,6	617,3	565,6	742,4	565,1	739,7
1961	745,1	816,8	764,1	1 025,4	754,0	905,2
1962	1 192,3	1 299,8	1 220,3	1 601,7	1 203,2	1 611,1

(*) Excepcionalmente foi possível, neste caso, atualizar os dados até 1962, com algarismos provisórios.

GRÁFICO I, onde as curvas representativas desses índices demonstram acentuada aderência. (*)

Começam contudo a surgir disparidades na evolução dos índices quando se elimina dos mesmos o conteúdo representado pelos produtos de exportação, em especial o café.

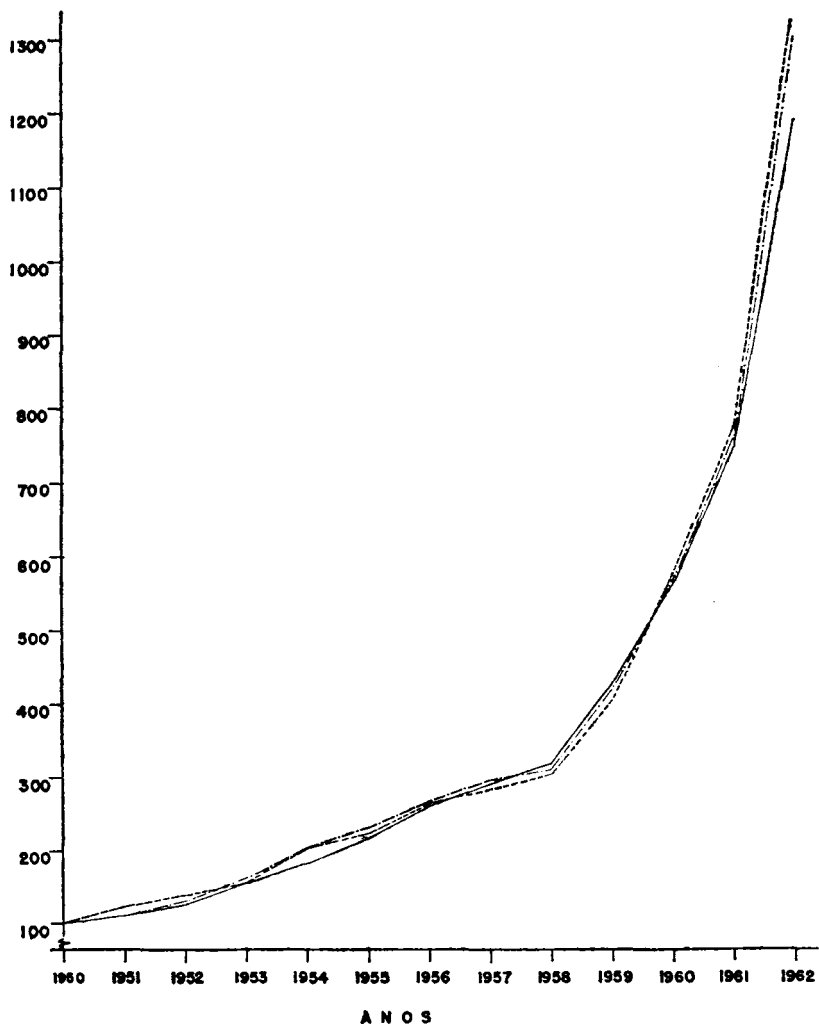
Com efeito, a partir de 1955, os índices de preços recebidos pelo produtor, quando refletem tão-somente a expansão dos preços dos produtos orientados para o mercado interno (coluna 2), evoluem mais rapidamente no sentido da alta.

(*) Como as informações estatísticas de base provêm de fontes diferentes e a técnica da construção dos índices é também diversa, o paralelismo na evolução dos preços pode, talvez, significar um aceitável grau de precisão dos índices.

GRÁFICO I

ÍNDICE DE PREÇOS
AGRÍCOLAS

— TOTAL—PREÇOS DE PRODUTOR
- - - GERAL—PREÇOS POR ATACADO
- · - GÊN. ALIMENTÍCIOS—PREÇOS POR ATACADO



Em outras palavras, os preços dos produtos de exportação, ao nível do produtor, elevam-se um pouco mais lentamente do que os preços destinados ao suprimento do mercado interno.

Essa alta mais intensa dos preços dos produtos agrícolas orientados para o mercado interno acentua-se à medida que se passa para as etapas da comercialização, em direção ao consumo final.

Assim é que, estabelecendo-se uma razão entre os índices dos preços de produtor e os dos preços por atacado (colunas 2 e 4), é possível notar que o coeficiente encontrado apresenta, a cada ano, uma nítida tendência de declínio, passando de 1,0 para 0,8. Portanto, em contraste com o paralelismo observado na evolução dos índices gerais ao nível do produtor e do atacadista, surge a tendência para o afastamento, retratada nas curvas do GRÁFICO II, quando dos índices se exclui o café.

A alta mais rápida dos preços agrícolas de atacado, que excluem o café, comparativamente aos preços do produtor, deve ter uma possível explicação nos seguintes fatores:

- a) Melhor infra-estrutura e organização do mercado de produtos agrícola de exportação, que reduzem, relativamente aos produtos de mercado interno, os custos de beneficiamento e comercialização.
- b) Atitudes especulativas dos comerciantes atacadistas de produtos agrícolas de consumo interno, em especial nas épocas de entressafra, que não encontra similar no setor de exportação, onde os preços são fixados em nível mundial e para uma produção que, no caso do café, excede amplamente o consumo. *

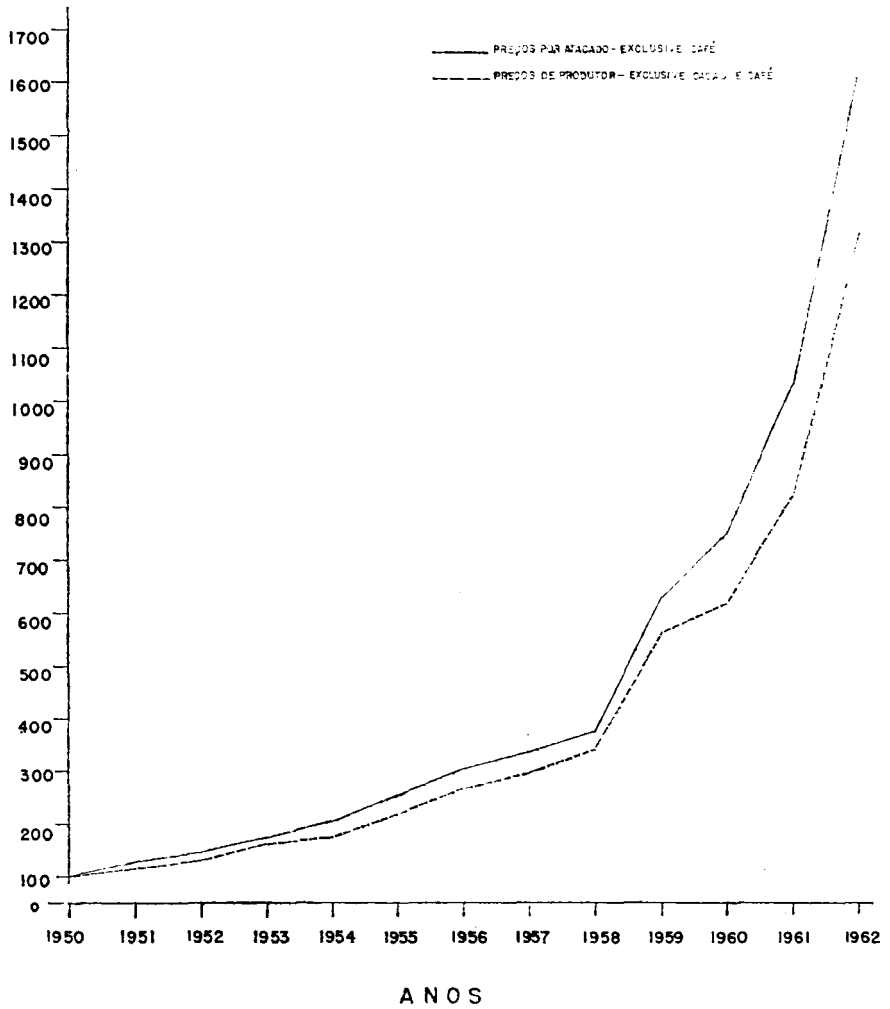
O confronto dos índices de preços por atacado, que excluem o café, com os índices de preços pagos pelo consumidor final (colunas 4 e 6) indicam quase idêntica intensidade de evolução, no sentido da alta. Ocorre, porém, que os índices de preços ao consumidor contêm componentes industrializados, cujos preços se elevam menos do que os dos produtos agrícolas, a julgar pela evolução dos preços por atacado dos gêneros alimentícios (coluna 5). ** A comparação dos índices extremos das duas séries consideradas mostra, para os preços por atacado de gêneros alimentícios, um aumento de 12 vezes, enquanto que os preços por atacado em geral, com exclusão do café, crescem no mesmo período, de 16 vezes, e os

(*) A ação dos cafeicultores faz-se na forma de pressão sobre o Governo no sentido de obter preços garantidos, que, para custos em alta, recomponham as margens de benefício.

(**) Inclui produtos tais como açúcar, doces, bebidas, massas, etc.

GRÁFICO II

ÍNDICE DE PREÇOS AGRÍCOLAS



preços, ao nível do consumidor final, pouco mais do que isso. Dêsse modo, a ação dos preços dos produtos agrícolas industrializados, que arrefece a intensidade da alta ao nível dos preços de atacado, desaparece no plano do consumidor final.

Em resumo, no período 1950/1962 dentro da alta geral de preços dos produtos agrícolas destinados ao suprimento do mercado interno — alta cuja intensidade poderia ser, em princípio atribuída, em grande parte à má formação da estrutura técnica da produção agrícola —, a elevação se acentua à medida que os produtos passam pelas sucessivas etapas de comercialização e vêm atingir o consumidor final. Há portanto que considerar a existência de elementos de natureza conjuntural e estrutural *fora do setor agrícola*, a acelerar a alta dêsses preços.

É o que passa a examinar este estudo nos itens seguintes.

II — EVOLUÇÃO DOS PREÇOS AGRÍCOLAS EM FACE DOS PREÇOS INDUSTRIAIS.

A TABELA II compara a evolução dos preços agrícolas e dos preços de produtos industriais, considerando índices de preços agrícolas ao nível do produtor (geral e excluindo café e cacau) e índice de preços de produtos industriais. Este último índice corresponde, em verdade, a um deflator inferido do sistema de Contas Nacionais.

CONFRONTO ENTRE ÍNDICES DE PREÇOS AGRÍCOLAS E ÍNDICES DE PREÇOS INDUSTRIAIS

1950 = 100

TABELA II

ANOS	PREÇOS AGRÍCOLAS		Preços industriais (3)	RAZÕES	
	Geral	Exclusive Cacau e Café		(1) ÷ (3)	(2) ÷ (3)
	(1)	(2)			
1950	100,0	100,0	100,0	1,00	1,00
1951	113,8	116,4	118,0	0,96	0,99
1952	125,9	129,3	120,7	1,04	1,07
1953	155,7	157,8	142,5	1,09	1,11
1954	184,9	177,0	177,3	1,04	1,00
1955	217,7	216,4	191,3	1,14	1,13
1956	259,1	265,1	222,1	1,17	1,19
1957	288,7	297,7	242,6	1,19	1,23
1958	316,2	341,6	270,8	1,17	1,26
1959	424,2	459,6	324,8	1,31	1,42
1960	564,6	617,3	401,5	1,41	1,54
1961	745,1	816,8
1962	1 192,3	1 299,8

Observe-se que os preços agrícolas se elevam mais rapidamente do que os preços industriais e que essa alta é mais intensa ao eliminarem-se da série de preços agrícolas os principais produtos de exportação (como seria de esperar em face das verificações feitas na seção anterior).

A referida tabela expressa a evolução de duas razões calculadas entre os índices dos preços agrícolas e industriais, configurando a tendência para melhoria das "relações de troca" que beneficiam os preços agrícolas.

Semelhante verificação conduziu os redatores da parte agrícola do Plano Trienal a elaborar a seguinte tese: "a rigidez da oferta agrícola, que resulta, em boa medida, da deficiente estrutura agrária, faz com que os preços agrícolas aumentem mais rapidamente do que os preços dos produtos industriais, em fases, como a atual, de aceleração do processo da industrialização. A relação de preços de intercâmbio, nessas condições, obriga o setor industrial a ceder parte de sua renda ao setor agrícola, a fim de que este lhe assegure o abastecimento de matérias-primas e alimentos para a mão-de-obra ocupada no setor urbano... Esta transferência de renda não constitui estímulo ou base para a elevação da produtividade do setor agrícola uma vez que não atinge, em sua maior parte, àqueles que trabalham na terra. Perdendo substância, o setor industrial vê diminuída sua capacidade de investimento, enquanto a concentração de renda obtida pelo setor agrícola, mantendo baixo o poder aquisitivo das massas rurais, impede que estas contribuam para o alargamento do mercado nacional, decisivo para a continuação do processo de desenvolvimento nacional" ("Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social") — *Síntese* — página 149.

Constatam os redatores do Plano, tal como no presente estudo, a melhoria da relação de trocas em favor da agricultura, daí diagnosticando, em seguida, a existência de uma transferência de renda no sentido rural-urbano. Quer-nos parecer, porém, não haver suficiente evidência estatística para se concluir que a alta mais rápida dos preços agrícolas seria necessariamente decorrente de uma oferta cuja rigidez estaria grandemente condicionada pela deficiente estrutura agrária.

Reconhecem os autores do Plano, em verdade, que a melhoria dos preços de intercâmbio a favor da agricultura poderia ter sido anulada, entre outras coisas, pelos preços dos fatores de produção adquiridos ao setor urbano pela Agricultura, se estes preços tivessem se elevado com maior intensidade do que a média dos preços agrícolas. Mas negam essa possibilidade ao tomar como indicador da evolução do custo dos *inputs*

agrícolas de origem industrial, durante o período 1950/1960, tão-somente a variação dos preços dos fertilizantes químicos.

A fim de melhor julgar a validade dessa argumentação, em torno da melhoria da relação de trocas em favor da agricultura, este estudo, na seção que se segue, tentará dar uma idéia da evolução dos preços de certos *inputs* de origem industrial, em contraste com a evolução dos preços recebidos por agricultores, no caso de determinados cultivos.

III — EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DE DETERMINADOS *INPUTS* INDUSTRIAIS DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA.

Fixou-se o confronto entre preços agrícolas e *inputs* de origem industrial em nível regional, pôsto que os dados se referem ao Estado de São Paulo (Tabelas III-A e III-B).

Outrossim, há uma redução do período observado, relativamente ao considerado nas seções anteriores, pois só foi possível alinhar uma série de preços, para um número diversificado de *inputs* industriais homogêneos, a partir de meados de 1957.

O caráter regional do confronto não prejudica a validade das conclusões, pois, em matéria de preços, os movimentos são solidários entre as diversas áreas e zonas de produção. Além disso, como um dos termos da comparação é constituído por preços de produtos industriais, e como no Estado de São Paulo se localiza o principal centro desse tipo de atividade e também o principal pôrto de mar (*sub vocibus* bens importados) é evidente que a área tem um papel diretor na formação dos preços desses *inputs*. Em larga medida, os preços em outras áreas do País devem diferir tão-somente pelo custo de transporte e comercialização, a partir de São Paulo.

A série dos índices de preços dos produtos industriais foi calculada a partir de dados primários coligidos das listas de preços para venda aos associados da Cooperativa Agrícola de Cotia. Essa Cooperativa de Produtores tem ponderável influência no volume de produção agrícola de São Paulo e do Estado do Rio de Janeiro, elevando-se hoje o número de seus cooperados a cerca de 11 000 produtores. O nível absoluto dos preços da Cotia para venda aos cooperados é sensivelmente mais baixo do que o estabelecido no mercado. Entretanto, como o que se deseja é ter uma medida da evolução dos preços dos *inputs*, em termos de movimento e ritmo, as informações são perfeitamente adequadas ao fim que se tem em mente.

ÍNDICES DE PREÇOS DE ALGUNS *INPUTS* INDUSTRIAIS UTILIZADOS PELA AGRICULTURA

Base: 2.º semestre de 1957 = 100

Tabela III-A

	1957 (2.º semestre)	1958	1959	1960	1961	1962
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES						
Gasolina comum (litro)	100	102,1	144,1	151,4	270,6	351,2
Querosene (litro)	100	99,6	153,3	158,2	235,1	299,6
Óleo Diesel (litro)	100	101,3	167,0	176,1	326,9	454,0
PEQUENOS IMPLEMENTOS E VASILHAMES						
Arame liso galvanizado n.º 18 (kg)	100	117,8	190,3	234,8	328,8	374,9
Arame farpado fio 13,5 (rôlo)	100	136,3	287,0	330,6	391,6	512,2
Enxada Duas Caras 2,5 libras ..	100	122,6	176,2	205,1	250,9	350,5
Saco Vazio novo para arroz ...	100	105,7	158,3	215,7	308,7	427,4
EQUIPAMENTO AGRÍCOLA						
Arado 2 discos 26"	100	111,8	141,1	197,4	219,3	287,3
Grade dupla 28 discos 18"	100	116,6	164,0	228,2	254,1	335,2
Bomba Montgomery EAP 112	100	102,4	155,8	182,5	231,4	397,7
Motor Diesel MWM modelo KD 122 de 22HP c/radiador	100	143,9	184,8	206,0	266,8	394,7
INSETICIDAS E FUNGICIDAS						
DDT M50 (lata)	100	105,3	167,1	183,6	221,5	507,9
Cal virgem (saco 30 kg)	100	112,5	153,2	184,8	294,4	419,1
Cobre Sandoz (tambor 50 kg)	100	109,2	198,0	209,7	288,1	613,8
ADUBOS (tonelada)						
Adubo completo CAC especial ..	100	107,5	150,8	181,9	326,4	622,0
Cloreto de Potássio	100	116,8	178,7	181,0	332,9	723,0
Sulfato de amônia	100	125,4	192,7	191,6	336,3	689,4
Superfosfato simples nacional ..	100	112,7	175,7	201,8	380,7	730,6

Fonte dos dados primários: Cooperativa Agrícola de Cotia.

Quanto ao outro termo do confronto, isto é, os preços recebidos pelos agricultores, o estudo tomou os preços mensalmente registrados pela Secretaria de Agricultura de São Paulo, divulgados no Boletim editado pela Divisão de Economia Rural. Para efeito de confronto foi selecionado um número limitado de produtos. Ressalte-se, porém, que as culturas de mercado interno consideradas, representam mais de 20% do valor do produto agrícola de São Paulo.

ÍNDICES DOS PREÇOS MÊDIOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES EM SÃO PAULO

Base: 1957 (2.º semestre) = 100

Tabela III-B

	1957 (2.º semestre)	1958	1959	1960	1961	1962
Arroz	100	120,2	135,1	145,9	176,9	498,3
Batata	100	113,8	170,8	172,0	280,7	544,2
Café beneficiado	100	84,6	77,7	101,8	135,6	223,2
Cebola	100	221,5	264,6	323,8	280,8	841,5
Feijão	100	105,3	415,1	380,3	381,8	1 405,3
Milho	100	116,7	223,7	161,8	284,6	471,9

Fonte: Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo.

O confronto entre a evolução desses índices, conforme Tabelas III-A e III-B, demonstra, desde logo, a impossibilidade de se provar a afirmativa segundo a qual durante a década dos anos 50 os *terms of trade* entre Agricultura e Indústria foram favoráveis ao primeiro setor. *

A rigor seria necessário conhecer as proporções com que se combinam os diversos fatores em causa (*inputs* industriais) na produção dos diversos bens considerados, a fim de medir “*sinteticamente*” — na forma de índices agregativos de preços onde as referidas proporções representassem coeficientes de ponderação — o efeito de alta de tais custos sobre a alta de preços agrícolas. Como não se conhecem, com o detalhe desejado, as diversas funções de produção, torna-se impossível a construção desses índices. Contudo, mesmo um confronto em termos de índices simples permite pôr em dúvida a tese da melhoria da relação de trocas para a Agricultura. Isto porque, se há cultivos agrícolas favorecidos em alguns anos pela relação de trocas (em termos de *inputs* isolados), em

(*) Em que pese a época de base deste estudo ser o 2.º semestre de 1957 e, por conseguinte, diferente da época de base utilizada no Plano Trienal nesse particular.

outros anos a relação se inverte. Este é, por exemplo, o caso do milho, cujos índices de preços comparados com os dos fertilizantes químicos, expressam melhoria na relação de trocas em 1959 (consequência de uma queda no volume de oferta do produto) e deterioração nos anos subsequentes; e quando comparados com os índices de pequenos implementos (arame farpado, enxadas) determinam alternadamente relações ora favoráveis, ora desfavoráveis.

Ademais há produtos, como o arroz, que demonstram uma relação de trocas desfavorável para quase todos os preços industriais utilizados no confronto, com uma outra exceção no último ano da série, inteiramente anômalo para a comercialização do produto. E há produtos, como o feijão, para os quais a rigidez da oferta no período * provocou uma elevação mais rápida de preços e a consequente melhoria da relação de trocas.

O café constitui evidentemente um caso à parte. Como os preços dos produtos de exportação evoluem no sentido da alta com menor intensidade do que os dirigidos para o mercado interno, a relação café / *inputs* industriais é quase sempre desfavorável ao café. Entretanto as repercussões sobre a estrutura de custos são neste caso muito atenuadas em comparação com os cultivos temporários, ressalvado o caso do cafézal em formação.

Em suma, não há evidência estatística para concluir com segurança que a relação de trocas Agricultura/Indústria foi, no decênio passado, favorável ao setor agrícola. ** Parecer ser essa uma conclusão excessivamente global. Numa perspectiva futura, pode-se mesmo antecipar que uma política de reajustamento mais freqüente do que no passado, na taxa de câmbio, acompanhada por uma intensa substituição de importações por produção nacional, deve ser elemento de pressão sobre a alta dos preços agrícolas por força da chamada "inflação de custos".

Nessas condições, passa o estudo a considerar a evolução dos custos como fator da alta dos preços agrícolas.

(*) A produção de São Paulo, que era no ano-base de 220 000 toneladas, situa-se, nos demais anos da série, em nível sensivelmente inferior.

(**) Tanto mais que a tese contida no Plano Trienal argumenta com os preços dos fertilizantes químicos que, no período de observação aqui considerado (1957/62), apresentam elevação de preços bem mais intensa do que a dos principais produtos destinados ao mercado interno, excetuado o feijão.

ÍNDICES DE CUSTO DE UMA QUADRA DE ARROZ

Base: 1950/51 = 100

TABEJA IV

ITENS	1950/51	1951/52	1952/53	1953/54	1954/55	1955/56	1956/57	1957/58	1958/59	1959/60
1 — Arrendamento médio	100	140,8	198,1	227,0	281,0	309,5	381,0	428,6	523,8	619,0
2 — Preparo da terra	100	109,3	126,0	158,7	201,7	256,2	340,9	351,2	640,5	681,8
3 — Obras mestras	100	114,6	134,4	168,1	180,0	245,8	347,9	364,6	406,3	458,3
4 — Sementes	100	105,4	141,8	236,5	227,9	250,9	320,7	343,6	412,4	458,2
5 — Adubos e distribuição	100	107,2	102,9	134,0	186,5	226,1	300,7	300,7	392,2	496,7
6 — Irrigação	100	103,0	114,5	137,3	188,8	235,8	328,4	343,3	597,0	671,6
7 — Corte e trilha	100	106,2	156,9	263,0	296,7	348,3	387,0	449,8	460,3	543,9
8 — Transportes	100	106,5	128,2	154,2	190,4	263,0	315,2	342,4	505,4	543,5
9 — Impostos	100	109,7	179,7	232,4	240,3	293,1	517,2	517,2	931,0	1 069,0
10 — Administração e Conservação de máquinas	100,0	123,6	125,3	163,8	251,5	506,1	506,1	598,2	659,5
11 — Juros e depreciação de material	—	—	—	—	100,0	125,7	205,4	205,4	243,1	285,0
12 — Diversos	100	94,7	107,3	118,1	71,3	96,0	128,1	134,6	174,4	216,5
TOTAL	100	116,8	147,1	188,0	222,5	275,1	374,0	397,1	520,7	597,8

Fonte: Anuários Estatísticos do Arroz: 1959 e 1961 — Instituto Riograndense do Arroz.

IV — EVOLUÇÃO DOS CUSTOS SEGUNDO ETAPAS DO PROCESSO PRODUTIVO DE UM BEM AGRÍCOLA DETERMINADO.

Para exame dessa evolução foram tomados como base os custos de produção sob a forma de números índices, de uma quadra de arroz, * segundo as diferentes fases do processo produtivo, numa série histórica que vai da safra de 1950/51 até a de 1959/60, conforme Tabela IV.

Como cada etapa arremonta, em proporções adequadas mas diferentes, mão-de-obra e capital, não é possível dissociar na evolução dos custos o ônus representado pela evolução do preço deste ou daquele fator de produção.

Esta é, aliás, uma limitação própria de custos de produção agrícola, mais forte ainda nos casos de policultura, quando não se pode apropriar devidamente os preços dos fatores às suas diferentes destinações.

É preciso ainda acentuar que a escolha do arroz foi ditada pela possibilidade de obter uma série cronológica, com um certo número de anos, dentro do período básico de observação. Para outros produtos há dados sobre custos de produção, coligidos segundo a mesma ótica, porém de modo descontínuo. **

Os dados básicos foram obtidos nos Anuários Estatísticos do Arroz, publicados pelo Instituto Rio-Grandense do Arroz autarquia estadual cuja função primordial é assegurar ao plantador de arroz rio-grandense a garantia de um preço mínimo, via aquisição de parte (comparativamente pequena) de safra total de arroz, de cada ano. Finalmente, cabe assinalar que a cultura do arroz no Rio Grande do Sul é praticada com irrigação e sendo, considerados os padrões gerais da Agricultura Brasileira, extremamente intensiva no uso de capital.

Examinando a Tabela IV desde o ponto de vista da evolução dos diversos componentes de custo, relativamente ao custo total, é possível identificar, desde logo, os itens que forçam de modo sistemático o ritmo de aumento desse custo. São eles o preço do arrendamento, o custo do equipamento e os encargos de administração e conservação de máquinas.

O arrendamento médio (preço da terra) eleva-se mais rapidamente que o custo total, embora pareça haver uma tendência para a desace-

(*) Quadra de arroz = 1,74 ha.

(**) Por exemplo, estudos sobre o custo de produção do café, milho, feijão, etc., em São Paulo, divulgados pela Secretaria de Agricultura do Estado, correspondendo, entretanto, a duas ou três observações anuais, no decênio dos cinquenta.

lação. Assim, no final do período, a relação entre os dois custos é praticamente unitária. Com referência à remuneração do capital, esta só aparece como item isolado da estrutura de custos a partir da safra 1954/55, sendo preciso reconhecer que isto prejudica a comparação intertemporal dos elementos da série. Não obstante, tomando como ponto de partida a safra 1954/55, observa-se que o custo do equipamento eleva-se até o fim da série com intensidade ligeiramente superior à do ritmo de alta do custo total. Quanto ao custo dos serviços de administração e conservação de máquinas, tende a ser um ônus crescente no cultivo do arroz.

Contudo, há outras componentes de custo, que, de modo geral, evoluíram menos rapidamente do que o custo total, mas, não obstante, contribuem mais intensamente para a aceleração da alta desse custo ao final do período.

Esses elementos são o custo das sementes, da irrigação e os impostos. Estes últimos, em especial, acusam uma alta muito intensa no fim do período, fazendo supor que tenha havido forte modificação, tanto no sistema impositivo como da incidência, a partir da safra 1956/57.

Em contraste com esses itens de custo que aceleram a alta do custo total as despesas com adubos e distribuição evoluem no sentido da alta com ritmo inferior ao desse custo total. Ressalte-se que esse comportamento está influenciado pelo tratamento preferencial dado à importação de fertilizantes, via sistema de taxas diferenciadas de câmbio.

Sendo o coeficiente de trabalho no cultivo do arroz rio-grandense relativamente baixo (os salários representam aproximadamente 30% do custo total), a alta do preço desse fator de produção nos tratos culturais tem, evidentemente, menor repercussão sobre a elevação de custos do que as despesas decorrentes do uso do equipamento. É o que parece demonstrar a evolução de custo do item 3 da Tabela em exame, referente a "obras mestras" e que é o único elemento de custo no qual se usa intensivamente trabalho, pois os salários representam mais de 60% das despesas referentes a essa fase da produção de arroz. Onde certamente a elevação de salários deve ter acelerado a alta do custo total é na componente "administração", que se traduz totalmente em mão-de-obra cuja remuneração é fixada dentro de padrões de vida urbana. No mais, tudo faz crer que a aceleração observada no custo total seja decorrente da alta do custo dos combustíveis e lubrificantes, do custo dos serviços prestados pelos bens de produção durável e dos impostos.*

(*) Imposto de vendas e consignações, taxa de eletrificação e taxa de transporte.

Portanto, dada a natureza da técnica da produção de arroz do Rio Grande do Sul, durante o período de observação em aprêço, esta atividade agrícola teve a elevação dos seus custos grandemente condicionada pela taxa de câmbio, cujas variações influenciaram a formação de preços dos combustíveis e equipamento, e pelo custo adicional da substituição de bens de equipamento importados por bens de produção doméstica. Nesse sentido note-se que, enquanto o custo total de uma quadra de arroz elevou-se nos quatro anos finais da série considerados em 60%, o preço de 1 litro de gasolina elevou-se em 136%, o de 1 litro de diesel em 377%, o de um arado de 4 aivecas em 280%, o de uma grade de 32 discos em 110%*.

O confronto destas percentagens é suficientemente expressivo para demonstrar que, no caso do arroz no Rio Grande do Sul e considerado o decênio 1950/60, a alta de custos no final do período foi grandemente impulsionada pela elevação dos preços dos bens de produção.

V — EXAME DA SENSIBILIDADE DA OFERTA DE DETERMINADOS PRODUTOS AGRÍCOLAS AOS ESTÍMULOS DE PREÇO.

As Tabelas V-A a V-H estabelecem um confronto, no período de 1950/1962, entre variações anuais de preços (recebidos pelo produtor) e variações na superfície cultivada ** para oito culturas predominantemente de consumo interno. O confronto se faz em termos de preços corrigidos segundo o deflator implícito do PIB a fim de que se possa verificar qual o estímulo provocado sobre a oferta por modificações nas compensações reais.

A idéia original seria a de calcular, para cada caso, um coeficiente de elasticidade da oferta de tais produtos agrícolas. Por esse motivo, na Tabela V, os preços acham-se defasados de um ano em relação aos alargamentos da superfície cultivada. Contudo, há uma série de fatores que perturbam a medida da reação da oferta, no curto prazo, em consequência de variações nos preços. Estes fatores de perturbação são de tal ordem que, em grande número de casos, as variações observadas nos preços e na superfície cultivada revelam sentidos opostos. Não se levantando nenhuma suspeição sobre os dados de área e como as informações sobre o preço são de mais fácil coleta e parecem ser razoavelmente seguras, po-

(*) Segundo publicações sobre o arroz editadas pelo Serviço de Informações Agrícolas do Ministério da Agricultura.

(**) A escolha da superfície cultivada como termo da comparação elimina causas aleatórias que, agindo sobre o rendimento, influiriam no volume de oferta.

ALGODÃO

TABELA V-A

ANOS	Superfície cultivada 1 000 ha.	Variações anuais em percentagem	Preços correntes Cr\$/Tonel.	Variações anuais em percentagem	Preços deflacionados Cr\$/Tonel.	Variações anuais em percentagem
1949	2 497	—	—	—	—	—
1950	2 689	7,7	—	—	—	—
1951	2 487	— 7,5	4 855	—	4 339	—
1952	3 035	22,0	7 190	48,1	5 591	28,9
1953	2 587	— 14,8	5 850	— 18,6	4 191	— 25,0
1954	2 487	— 3,9	5 540	— 5,3	3 345	— 20,2
1955	2 617	5,2	6 819	23,1	3 425	2,4
1956	2 663	1,8	8 290	21,6	3 569	4,2
1957	2 771	4,1	9 452	14,0	3 243	— 9,1
1958	2 707	— 2,3	10 909	15,4	3 348	3,2
1959	2 746	1,4	14 882	36,4	3 929	17,4
1960	2 930	6,7	18 270	22,8	3 872	— 1,5
1961	3 224	10,0	25 581	40,0	4 232	9,3
1962	—	—	36 932	44,4	4 456	5,3

Fonte: Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura. Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas.

A M E N D O I M

TABELA V-B

ANOS	Superfície cultivada 1 000 ha.	Variações anuais em percentagem	Preços correntes Cr\$/Tonel.	Variações anuais em percentagem	Preços deflacionados Cr\$/Tonel.	Variações anuais em percentagem
1949	136	—	2 103	—	2 298	—
1950	127	— 6,6	2 126	1,1	2 126	— 7,6
1951	141	11,0	2 198	3,4	1 964	— 7,5
1952	141	0	2 184	— 0,6	1 698	— 13,5
1953	137	— 2,8	2 381	9,0	1 706	0,5
1954	139	1,5	2 916	22,5	1 761	3,2
1955	166	19,4	3 988	36,8	2 003	13,7
1956	163	— 1,8	3 491	— 12,5	1 503	— 25,0
1957	169	3,7	5 045	44,5	1 731	15,2
1958	228	34,9	6 928	37,3	2 126	22,8
1959	255	11,8	6 265	9,6	1 654	— 22,2
1960	291	14,1	8 039	28,3	1 705	3,1
1961	436	49,8	15 825	96,9	2 618	53,4
1962	—	—	19 249	21,6	2 323	— 11,3

Fonte: Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura. Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas.

ARROZ

TABELA V-C

ANOS	Superfície cultivada 1 000 ha.	Variações anuais em percentagem	Preços correntes Cr\$/Tonel.	Variações anuais em percentagem	Preços deflacionados Cr\$/Tonel.	Variações anuais em percentagem
1949	1 758	—	1 617	—	1 767	—
1950	1 964	11,7	1 966	21,6	1 966	11,3
1951	1 967	0,2	1 678	— 14,6	1 500	— 23,7
1952	1 873	— 4,8	1 616	— 3,7	1 257	— 16,2
1953	2 072	10,6	2 229	37,9	1 597	27,0
1954	2 425	17,0	4 211	88,9	2 543	59,2
1955	2 512	3,6	4 572	8,6	2 296	— 9,8
1956	2 555	1,7	4 597	0,5	1 979	— 13,8
1957	2 490	— 2,5	5 714	24,3	1 960	— 1,0
1958	2 514	1,0	6 550	14,6	2 010	2,6
1959	2 683	6,7	7 703	17,6	2 034	1,2
1960	2 966	10,5	9 224	19,7	1 955	— 3,9
1961	3 174	7,0	10 838	17,5	1 793	— 8,3
1962	—	—	12 498	15,3	1 749	— 2,5

Fonte: Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura. Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas.

CANA-DE-AÇÚCAR

TABELA V-D

ANOS	Superfície cultivada 1 000 ha.	Variações anuais em percentagem	Preços correntes Cr\$/Tonel.	Variações anuais em percentagem	Preços deflacionados Cr\$/Tonel.	Variações anuais em percentagem
1949	797	—	79	—	86	—
1950	828	3,9	89	12,7	89	3,5
1951	874	5,6	100	12,4	89	0
1952	920	5,3	109	9,0	85	— 4,5
1953	991	7,7	122	11,9	87	2,4
1954	1 027	3,6	133	9,0	80	— 8,0
1955	1 073	4,5	157	18,0	79	— 1,2
1956	1 124	4,8	190	21,0	82	3,8
1957	1 172	4,3	267	40,5	92	12,2
1958	1 208	3,1	302	13,1	93	1,1
1959	1 291	6,9	334	10,6	88	— 5,4
1960	1 340	3,8	388	16,2	82	— 6,8
1961	1 367	2,0	520	34,0	86	4,9
1962	—	—	732	40,8	88	2,3

Fonte: Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura. Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas.

BATATA - I N G L Ê S A

TABELA V-E

ANOS	Superfície cultivada 1 000 ha	Variações anuais em percentagem	Preços correntes Cr\$/Tonel.	Variações anuais em percentagem	Preços deflacionados Cr\$/Tonel.	Variações anuais em percentagem
1949	155	—	1 825	—	1 995	—
1950	148	— 4,5	1 472	— 19,3	1 472	— 26,2
1951	150	1,4	1 840	25,0	1 644	11,7
1952	152	1,3	1 930	4,9	1 501	— 8,7
1953	163	7,2	1 823	— 5,5	1 306	— 13,0
1954	165	1,2	2 799	53,5	1 690	29,4
1955	179	8,5	3 326	18,8	1 671	— 1,1
1956	185	3,4	3 706	11,4	1 595	— 4,5
1957	190	2,7	3 808	2,8	1 306	— 18,1
1958	192	1,1	4 749	24,7	1 458	11,6
1959	188	— 2,1	5 041	6,1	1 331	— 8,7
1960	199	5,9	7 293	44,7	1 547	16,2
1961	191	— 4,0	8 754	20,0	1 448	— 6,4
1962	—	—	10 497	19,9	1 267	— 12,5

Fonte: Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura. Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas.

FEIJÃO

TABELA V-F

ANOS	Superfície cultivada 1 000 ha.	Variações anuais em percentagem	Preços correntes Cr\$/Tonel.	Variações anuais em percentagem	Preços deflacionados Cr\$/Tonel.	Variações anuais em percentagem
1949	1 791	—	1 960	—	2 142	—
1950	1 808	0,9	2 401	22,5	2 405	12,3
1951	1 787	— 1,2	1 802	— 24,9	1 610	— 33,1
1952	1 838	2,9	2 252	25,0	1 751	8,8
1953	1 995	8,5	3 046	35,3	2 182	24,6
1954	2 199	10,2	4 112	35,0	2 483	13,8
1955	2 228	1,3	3 170	— 22,9	1 592	— 35,9
1956	2 257	1,3	5 747	81,3	2 474	55,4
1957	2 323	2,9	8 898	54,8	3 052	33,4
1958	2 125	— 8,5	8 718	— 2,0	2 676	— 12,3
1959	2 379	12,0	8 093	— 7,2	2 136	— 20,2
1960	2 560	7,6	15 893	96,4	3 368	57,7
1961	2 581	0,8	23 078	45,2	3 818	13,4
1962	—	—	—	—	—	—

Fonte: Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura. Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas.

MANDIOCA

TABELA V-G

ANOS	Superfície cultivada 1 000 ha.	Variações anuais em percentagem	Preços correntes Cr\$/Tonel.	Variações anuais em percentagem	Preços deflacionados Cr\$/Tonel.	Variações anuais em percentagem
1949	941	—	189	—	207	—
1950	957	1,7	214	13,2	214	3,4
1951	964	0,7	250	16,8	223	4,2
1952	1 015	5,3	307	22,8	239	7,2
1953	1 062	4,6	357	16,3	256	7,1
1954	1 102	3,8	421	17,9	254	— 0,8
1955	1 149	4,3	426	1,2	214	— 15,7
1956	1 178	2,5	454	6,6	195	— 8,9
1957	1 193	1,3	602	32,6	207	6,2
1958	1 227	2,8	741	23,1	227	9,7
1959	1 239	1,0	911	22,9	240	5,7
1960	1 342	8,3	1 133	24,4	240	0
1961	1 414	5,4	1 346	18,8	223	— 7,1
1962	—	—	2 096	55,7	253	13,5

Fonte: Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura. Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas.

MILHO

TABELA V-H

ANOS	Superfície cultivada 1 000 ha.	Variações anuais em porcentagem	Preços correntes Cr\$/Tonel.	Variações anuais em porcentagem	Preços deflacionados Cr\$/Tonel.	Variações anuais em porcentagem
1949	4 517	—	936	—	1 023	—
1950	4 682	3,7	1 045	11,6	1 045	2,2
1951	4 750	1,5	927	— 11,3	828	— 12,6
1952	4 864	2,4	990	6,8	770	— 7,0
1953	5 120	5,3	1 463	47,8	1 047	13,6
1954	5 528	8,0	1 856	26,9	1 120	7,0
1955	5 623	1,7	1 834	— 1,2	921	— 17,8
1956	5 998	6,7	2 398	30,8	1 032	11,2
1957	6 095	1,6	2 892	20,6	992	— 3,9
1958	5 790	— 5,0	3 096	7,1	950	— 4,2
1959	6 189	6,9	3 230	4,3	853	— 10,2
1960	6 681	7,9	4 992	54,6	1 058	24,0
1961	6 886	3,1	5 659	13,4	936	— 11,5
1962	—	—	7 611	34,5	918	— 1,9

Fonte: Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura. Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas.

der-se-ia apontar as seguintes causas como impeditivas de um melhor juízo sobre variações da oferta agrícola provocadas por variações de preço.

a) abertura de novas frentes agrícolas, que seria o fator, sobretudo, responsável pela contínua expansão da área cultivada ao longo de todo o período observado;

b) a taxa de inflação crescente, que subverte o cálculo econômico e torna o agricultor vítima da ilusão monetária, na medida em que êste ao fixar sua decisão de plantio não consegue projetar corretamente seus custos futuros;

c) a existência de culturas consorciadas (por exemplo feijão e milho), que não só dificultam a estimativa da área total plantada como estabelecem uma relação de dependência entre as componentes dessa área total e a razão dos preços obtidos nos respectivos cultivos.

Contudo o exame das Tabelas aqui consideradas permite concluir que, ao nível nacional e no período observado, a expansão da oferta de produtos agrícolas de mercado interno depende muito pouco de estímulos advindos do lado dos preços.

Assim, no caso dos oito produtos focalizados, nota-se que os preços, como compensação real, só atuam substancialmente no caso do feijão. Em todos os demais casos, os preços reais se situam, no final do período, em níveis próximos dos iniciais, enquanto a superfície cultivada se expande entre 35%, no caso da batata-inglês, até 130%, no do amendoim.

Nas circunstâncias, a sensibilidade da oferta às variações de preço só poderá ser estimada para áreas restritas e tradicionais, onde a existência da policultura permite alternativas nas decisões de produção. No plano nacional, pode-se dizer apenas, quanto à capacidade de reação da oferta ao estímulo preço que, para os produtos aqui considerados só há variação correlativa direta de certa significação entre área cultivada e preço (espelhando a existência de certa elasticidade da oferta), quando a variação dos preços correntes é de tal monta que represente inequívoca e substancial variação na compensação real. É isto que se dá, por exemplo, no caso do arroz, entre 1953 e 1954, quando a alta nos preços correntes (e portanto na compensação a preços constantes) foi de tal magnitude que a área cultivada cresceu de 17%; ou no caso do milho, cujo preço corrente em 1959 eleva-se de 55%, paralelamente a um aumento da área cultivada de 8%, em 1960. Mas dificilmente pode-se ir além dessas afir-

mações, um tanto imprecisas; fica, acima de tudo, o sentimento de que a expansão da oferta agrícola, no decênio observado, fêz-se independentemente de maiores incentivos propiciados pelos preços.

VI — FATOR DE ORDEM INSTITUCIONAL QUE INFLUENCIA A FIXAÇÃO DOS PREÇOS AGRÍCOLAS

Há vários produtos agrícolas no Brasil que têm preços mínimos obrigatoriamente garantidos, segundo lei promulgada pelo Governo Federal em 1951. * A referida lei abrangia inicialmente gêneros alimentícios, como o feijão, arroz, milho, amendoim, trigo em grão, soja, farinha de mandioca e erva-mate. Posteriores alterações na lei original resultaram, sobretudo, na inclusão de cultivos de destinação industrial como o algodão, o sisal e a juta.

A execução da política de garantia de preços mínimos incumbe à Comissão de Financiamento da Produção, organismo que de início subordinava-se formalmente ao Ministério da Fazenda, ainda que funcionalmente ligado ao Ministério da Agricultura e ao Banco do Brasil. Hoje, a referida Comissão integra-se em novo órgão da administração federal para os assuntos de suprimento de produtos agrícolas: a Superintendência Nacional do Abastecimento.

A Comissão de Financiamento da Produção atua no sentido de garantia de preços de duas maneiras:

- a) pela compra de produto, segundo o preço mínimo anualmente estabelecido;
- b) pelo financiamento até oitenta por cento do preço mínimo fixado.

Os preços para compra ou financiamento são determinados a partir de uma estrutura de custos estabelecida através de uma coleta ampla de informações, junto a organismos governamentais. Dos níveis assim fixados são deduzidos, pela Comissão de Financiamento da Produção, determinadas importâncias que visam a cobrir impostos, taxas, fretes e demais custos incidentes sobre os produtos considerados, quando transferidos do local da compra ou financiamento para os centros de consumo, cujos preços são utilizados como referência de base.

(*) Lei Federal 1.506, de 19 de dezembro de 1951.

A publicação dos decretos, determinando em cada ano os novos índices de preços garantidos, antecede, via de regra, de sessenta dias o início das épocas de plantio.

As compras feitas pela Comissão de Financiamento da Produção são efetivadas via adiantamentos propiciados pelo Banco do Brasil. A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do mesmo Banco realiza as operações de empréstimo. Em 1962, o total das compras alcançou o montante de 4 bilhões de cruzeiros, devendo o financiamento situar-se em torno de 8 bilhões, compras e financiamento perfazendo, assim, um total de operações cujo valor está estimado em 12 bilhões. Em relação a oito dos principais produtos contemplados na lei de garantia de preços, * cujo valor de produção estimado (em caráter preliminar) para 1962 deve estar em torno de 425 bilhões, observa-se que o valor das operações decorrentes da lei de preços mínimos corresponde a cerca de 2,8%.

A Tabela seguinte mostra o valor dos financiamentos concedidos no último quinquênio dentro do período total considerado neste trabalho.

**FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS AOS PRODUTOS AGRÍCOLAS
DECORRENTES DE CONTRATO COM O GOVERNO FEDERAL**

1958 — 1962

TABELA VI

PRODUTOS	FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS (Cr\$ 1.000.000)				
	1958	1959	1960	1961	1962
Agave	5	—	—	—	—
Algodão	423	1 764	1 805	1 460	4 821
Amendoim	11	71	102	366	930
Arroz	—	8	27	795	1 184
Farinha de mandioca	6	11	9	41	5
Juta	33	25	94	—	775
Milho	1	3	—	15	102
Soja	—	—	—	78	—
Trigo em grão	—	—	—	—	116
Outros produtos	7	125	3	139	176
	486	2 007	2 040	2 894	8 109

Essas cifras revelam serem mínimos os efeitos da aplicação da Lei, no tocante a empréstimos, não devendo ter sido reflexo importante na formação dos preços durante o período considerado. Há uma nítida concentração das operações de financiamento num único produto, o algodão,

(*) Algodão, amendoim, arroz, feijão, juta, milho, soja e trigo.

talvez pelas garantias bancárias que o mercado dêse produto oferece comparativamente aos demais. O relatório do Banco do Brasil de 1961 assinala, quando se refere às operações de financiamentos em foco, e compara o número e valor de contratos com os respectivos algarismos do ano anterior, que pela primeira vez as operações dessa espécie abrangiam produtos como o feijão, o milho e a soja.

A experiência da aplicação da Lei de preços mínimos no Brasil parece indicar que não há um benefício direto para o produtor no primeiro estágio do processo produtivo, isto é, para o agricultor que só num pequeno número de casos usufrui das vantagens da Lei. Esta, em verdade, beneficia mais os intermediários situados nas primeiras etapas da comercialização. O produtor, via de regra, é afastado das vantagens da Lei em face das exigências de transporte da unidade de produção até o local de realização da operação, do perfeito ensacamento do produto de armazenagem, etc. . .

De qualquer forma, o volume de operações (compras e financiamento) decorrentes da aplicação da Lei é atualmente pouco mais do que uma gota d'água no oceano da oferta, expressa em moeda. Contudo, a Lei dos preços mínimos parece ter alguma efetividade em benefícios indiretos ao agricultor, de caráter mais psicológico do que real. A existência de uma Lei de garantia de preços confere maior segurança ao agricultor na realização do cálculo econômico. A fixação dos preços mínimos garantidos durante o período de formação das lavouras dá maior solidez às previsões quanto ao nível de preços de venda dos produtos agrícolas, uma vez chegada a etapa de comercialização. E essa segurança, que se estende, por via da consequência, ao domínio do crédito é que constitui, até o presente, mais do que seu aspecto quantitativo, o melhor efeito da aplicação da Lei de garantia de preços no Brasil.

VII — CONCLUSÕES

Este trabalho, praticamente todo êle vazado em termos de confronto entre ritmos de evolução de preços, não obstante limitações de natureza estatística, permite chegar às seguintes conclusões sobre o movimento dos preços agrícolas dentro da alta generalizada, e de intensidade crescente, que caracteriza a economia brasileira do após-guerra até o presente:

1) Entre 1950 e 1962 os preços dos produtos agrícolas elevaram-se em cerca de 12 vezes.

A alta dos preços dos produtos agrícolas de mercado interno é mais intensa do que a dos produtos destinados ao comércio exterior. Em

princípio isto sugere que em matéria de suprimento do mercado interno há deficiências nas condições físicas da oferta agrícola, acentuando o ritmo da alta de preços dos produtos das explorações orientadas para o mercado doméstico. Contudo há que ressaltar que o preço da alimentação para o consumidor final se eleva, no período, com intensidade ainda mais forte (16 vezes), deixando evidente a existência de fatores de natureza estrutural ou institucional nas etapas subseqüentes da materialização da oferta agrícola (comercialização), que agravam a tensão social decorrente da forte elevação do custo de vida.

2) Em verdade, em termos de um poder de compra constante, poucas são as culturas agrícolas cujos preços demonstram um significativo ganho real entre 1950 e 1962. Produtos há, cujo valor de troca pelos demais bens e serviços chega mesmo a declinar, não obstante uma demanda crescente que resulta do crescimento demográfico e da urbanização. Dos produtos aqui considerados, talvez o feijão seja o único que escape a essa tendência de constância ou mesmo declínio do preço em termos constantes. Apesar disso há uma segura expansão da área cultivada para todos os produtos focalizados, ao longo do período observado.

3) Do ponto de vista dos efeitos das transformações das estruturas de custo sobre os preços do produtor, não há base estatística para um juízo definitivo. Em matéria de salários, por exemplo, não há evidência nem de melhoria nem de declínio relativo da remuneração no tempo. As reduzidas informações a respeito (para dois ou três anos a partir de 1950) deixam entrever que a remuneração do trabalhador de enxada (não qualificado) evolui no mesmo ritmo de alta dos preços de produtor. O nível absoluto de salários é baixo e a variação neutra, porque não desloca para cima ou para baixo a estrutura de custos.

Quanto aos *inputs* industriais, não há evidência de que a evolução de seus preços desloque a estrutura de custos ou melhore a taxa de lucratividade. Se alguma conclusão se pode ter a este respeito, para o caso de certas e determinadas culturas, seria a de reconhecer certa pressão de tais custos no sentido de aumentar a intensidade da alta de preços agrícolas. Este será o caso, por exemplo, dos cultivos mais mecanizados, especialmente no fim do período observado, quando a eliminação gradativa do subsídio à importação de certos *inputs*, via taxa de câmbio, assim como o aparecimento de bens de capital produzidos internamente, pressionam os custos no sentido de uma alta mais rápida de preços.

4) O comportamento dos preços agrícolas, em termos reais se mantêm praticamente constante, face a uma demanda sempre crescente. Já

que salários e preços de *inputs* industriais parecem não melhorar a taxa de lucratividade, esse comportamento só pode ser explicado pela contínua expansão da fronteira agrícola, traduzida no constante aumento da superfície cultivada em toda a gama da produção agrícola. É a fertilidade natural das novas terras que explica, em presença da demanda em expansão, a constância dos preços agrícolas em termos reais.

S U M M A R Y

This article deals with the historical behavior of agricultural costs and prices in Brasil during the 1950's. The study focalizes mainly agricultural production for the domestic market. It starts from the assumption of an imbalanced growth characterized by a large difference in the real expansion rate as between farming activities, on the one hand and industrial and urban, on the other.

The entire study is on comparative terms — between the evolution rates of prices and arrives at the following conclusions:

1) Between 1950 and 1962 prices of farm products increased about twelvefold.

Price of products for the domestic market rose more than those for the foreign market. In principle, this suggests that there are deficiencies in the physical conditions of agricultural supplies for the domestic market that accentuate the rate of price increases of those products. However, it should be stressed that the prices of food paid by consumers in that same period rose sixteenfold, evidencing the existence of factors of a structural or institutional nature in the subsequent stages of the marketing of farm products that aggravate the social tension resulting from the heavy rise in the cost of living.

2) It is true that, in terms of constant purchasing power, only a few farm cultivations register any real gain in their prices between 1950 and 1962. Some products even register a decline in their value in comparison with other goods and services, despite the growing demand resulting from the demographic growth and increasing urbanization. Among such products only beans appear to be the sole exception in this trend of constancy or decline in prices. Despite this, there has been a steady expansion in the cultivated area of all the products surveyed in the period reviewed.

3) From the viewpoint of the effects of the changes in the cost structure on the prices to the producer, there is no statistical basis for

arriving at any definite conclusion. In what concerns wages, for instance, there is no evidence regarding any improvement nor of any decline in the remuneration during the period. The scanty information with regard thereto (for two or three years as from 1950) only permits one to assume that the wages of an unskilled farm worker evolve at the same rate as the producer's prices. The absolute wage level is low and does vary, because the costs structure remains unchanged.

As to industrial inputs, there is no evidence to show that the evolution of their prices upsets the costs structure or improves the rate of profits. If it is possible to arrive at any conclusion at all in this respect, in relation to certain crops, it would be to recognize that those costs do exert some pressure in accelerating the price increases of agricultural products. This would occur, for instance, in the case of the more mechanized cultivations, especially toward the end of the period surveyed, in respect to the gradual elimination of the subsidy granted, through favorable exchange rates, for the importation of certain inputs, as the appearance of domestically produced capital goods exert pressure on costs, causing prices to rise faster.

4) The behavior of prices of agricultural products, in real terms, remains practically constant, due to an ever greater demand. As wages and prices of industrial inputs do not seem to improve the rate of profits, this behavior can only be explained by the continual expansion in farming, as witnessed by the constant increase in the cultivated areas of all sectors of agriculture. The natural fertility of new soils, together with an ever growing market, explain the constancy of agricultural prices in real terms.